



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

5ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP
Memória – 05/08/2014

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Lyra	SIT/MTE	(61) 2031-6435	alexandre.lyra@mte.gov.br
Alexandre A. Galvão	DPF	(61) 2029-8029	alexandre.aaj@dpf.gov.br
Aloysio Gomide	TRE	(61) 3020-8804	alloysio.gomide@itamaraty.gov.br
Ana Cristina S. Bonan	MDA	(61) 2020-0505	ana.fernandes@mda.gov.br
Atahualpa Fidel	MTE	(61) 3031-6270	athaulpa.coelho@mte.gov.br
Claudionor B. Leitor	DPU	(61) 9938-9540	claudionordpu@gmail.com
Danielle Souza Galdino	MJ	(61) 2025-9584	danielle.goldino@mj.gov
Eden C. Martingo	SPM/PR	(61) 3313- 7474	eden.martingo@spm.gov.br
Eduardo Franca Neves Bassani	SPI/MP	(61) 2020-4239	eduardo.bassani@planejamento.gov.br
Elisa Sardão Colares	SPM	(61) 3313-7455	elisa.colares@spm.gov.br
Evandro G. Rodrigues	AGU	(61) 2026-8714	evandro.rodrigues@agu.gov.br
Fernanda Alves dos Anjos	DEJUS/MJ	(61) 2025-3330	fernanda.anjos@mj.gov.br
Franciele Caeiro	CETP/MJ	(61) 2025-9663	franciele.caeiro@mj.gov.br
Heloisa Greco Alves	CETP/DEJUS/SNJ	(61) 2025-3058	heloisa.alves@mj.gov.br
Juliana Coutinho	MS	(61) 3315-6223	Juliana.coutinho@saude.gov.br
Lucicleia Souza	CETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Márcia A. M. da S. Jinkings	SESGE/MJ	(61) 2020-2079	marcia.jinking@mj.gov.br
Márcia Loureiro	COCIT/MRE	(61) 2030-8205	cocit@itamaraty.gov.br
Márcia Kay	MEC/SECADE	(61) 2022-9205	marcia.kay@mec.gov.br
Marcos Filipe Guerra	MTUR	(61) 2023-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Maria Eduarda M. Caetano	DEJUS/SNJ/MJ	(61) 2025-3076	maria.caetano@mj.gov.br
Mariana B.M.P. Sade	SAG/CC	(61) 3411-3856	mariana.sade@presidencia.gov.br
Marina Santos Rodrigues	DRCI/MJ	(61) 2025-8935	marina.rodrigues@mj.gov.br
Nilce Cunha Rodrigues	MPF/PRDC	(85) 3266-7316	milda@mpf.mp.br
Milton Coutinho	MRE	(61) 2030-6824	Milton.coutinho@itamaraty.gov.br
Paloma Moraes Corrêa	MDS	(61) 2030-3049	paloma.correa@mds.gov.br
Paulo Abrão	SNJ	(61) 2025-5400	paulo.abrão@mj.gov.br
Pedro Fontoura S. Pires	MRE	(61) 2030-8209	pedro.fontoura@itamaraty.gov.br

Rossana do Amaral	PFDC/ MPF	(61) 3105-6011	rossana@pgr.mpf.gov.br
Sara Coutinho	DEEST/MJ	(61) 2025-9898/3325	sara.coutinho@mj.gov.br
Thyudalle Q. Andrade	SESGE/MJ	(61) 2025-2099	thyudalle.andrade@mj.gov.br
Waldo José Caram Rohlfis	PRF	(61) 2025-6659	waldo.caram@prf.gov.br
Ariane Gontijo	CONSULTORA	(31) 9938 9540	Arianegontijo@yahoo.com.br

PAUTA	
1) ABERTURA DOS TRABALHOS, SAUDAÇÕES DA TRIPARTITE E DOS NOVOS MEMBROS.	<p>- O Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, abriu os trabalhos, dando as boas vindas ao GI e, ressaltou a presença dos convidados especiais do CNJ, CNMP e CNPG. Destacou importante papel que o GI tem desenvolvido para a política pública, o que tem se tornado objeto de interesse de outros países, a metodologia desenvolvida tem sido considerada uma boa prática para os foros bilaterais e multilaterais que trabalham com a temática do tráfico de pessoas.</p> <p>- Em seguida, destacou as ações realizadas no enfrentamento ao tráfico de pessoas no último quadrimestre, começando pela primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio que estava sob a incumbência e direção do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; a 2º reunião do CONATRAP, que ocorreu em São Paulo, onde foi sedimentado como será a dinâmica do CONATRAP e emitida Nota Pública especificamente, para que fosse impedido o crescimento do senso comum em torno da criminalização do exercício da prostituição com abordagem de sobre o tráfico de pessoas. Informou sobre o lançamento do Relatório de Dados 2012 sobre tráfico de pessoas e o 1º. Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos que possibilita a transparência das atividades que a rede desenvolve e, por fim, fez uma apresentação, acompanhando um ppt, com informes e imagens sobre a semana de mobilização no Brasil (28 de julho a 02 de agosto) em comemoração ao dia Mundial do Tráfico de pessoas (31 de julho). Relatou ainda os avanços na preparação para o Brasil sediar, no final do ano, a Quarta Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas da OEA.</p>
2) Considerações Tripartite.	<p>-- O Secretário passou a palavra aos demais representantes da Coordenação Tripartite para as saudações.</p> <p>- Após as saudações dos representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Direitos Humanos, ambas da Presidência da República, o Secretário, Paulo Abrão, retomou a palavra e deu boas vindas aos novos membros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Desenvolvimento Agrário: a titular Ana Cristina Bonan Fernandes e a suplente Elisângela Costa Bezerra; • Secretaria de Direitos Humanos: a nova suplente Lílían Regina Almeida Bastos; • Ministério da Saúde: a suplente é Juliana Dale Coutinho; • Defensoria Pública da União: a titular é Vivian Netto Machado; • Departamento de Polícia Federal: o suplente é Alexandre Alves Galvão. <p>- Na ocasião, o Secretário solicitou aos órgãos que tiveram mudanças nas representações que encaminhassem o ofício comunicando as alterações para a publicação de nova portaria de atualização das nomeações dos membros do GI.</p> <p>- Após os informes, o Secretário passou a palavra a Diretora, Fernanda dos Anjos, para fazer a implementação da proposta de agenda.</p> <p>- A Diretora, Fernanda dos Anjos, deu as boas vindas a todos e iniciou uma breve devolutiva sobre a construção e aprovação do Sistema de Monitoramento do II PNETP, destacando o objetivo de mensurar os progressos, as dificuldades, bem como os avanços e</p>

	<p>implementação das ações de ETP. Lembrou alguns pactos que foram realizados no ano de 2014, destacando que estamos há um ano e meio da implementação do II Plano Nacional. Listou alguns aperfeiçoamentos realizados no sistema de monitoramento, como a seção métrica e a revisão do formulário que simplificou o formato de relação dos indicadores de progresso e de resultado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ressaltou o pedido feito na 2ª Reunião Ordinária do CONATRAP- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para que um membro da sociedade civil passasse a acompanhar as reuniões do GI e a importância da transparência das informações de monitoramento do II Plano ao CONATRAP. - Na sequência apresentou um slide exemplificando como ficou o formulário de preenchimento dos relatos de execução das metas, demonstrando o campo “Situação da execução dos indicadores de resultados da meta” em que deve ser assinalado o status da meta: <ol style="list-style-type: none"> 1 - A iniciar 2 - Meta concluída. Os indicadores de resultados já foram alcançados 3 - Iniciada. As ações ainda estão em progresso 4 - Meta permanente / de natureza continuada <p>Esclareceu que no mesmo campo deve ser informado o recurso ou gasto específico que no decorrer dos relatos trimestrais devem ser sempre atualizados, conforme o decurso de prazo de implementação daquela ação.</p> <p>-Reforçou a necessidade de que os membros especifiquem no relatório se a meta é orçamentária ou não orçamentária, para que no final seja traduzida a informação adequadamente no sistema de monitoramento.</p> <p>- A Diretora destacou que a informação do orçamento poderá ser especificada em valores globais, lembrando que uma ação pode responder a vários planos nacionais. Ademais, muitas metas têm co-liderança. Então, muitas vezes o orçamento irá refletir em uma capacidade de investimento de vários ministérios.</p> <p>- Recuperou a memória do objetivo da consultoria da Ariane Gontijo, no âmbito do projeto BRAX63, que é checar e fazer uma análise sobre como o GI está relatando, as necessidades eventuais, aperfeiçoamento e melhorias de indicadores para que sejam produzidas no primeiro relatório de avaliação externa do progresso do plano e, posteriormente, realizadas as recomendações de melhoria da execução, questões que possam facilitar também a implementação do plano em 2015/2016.</p> <p>- Detalhou os três produtos que já foram construídos através da consultoria, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto 01: Relatório de recomendações de melhorias e orientações aos Ministérios do GI, a partir das relatorias apresentadas trimestralmente, visando o aprimoramento das informações prestadas. • Produto 02: Desenho da proposta técnica de relatório de monitoramento da rede de Núcleos e Postos de ETP para verificação do cumprimento de ações do II Plano
--	--

	<p>Nacional de ETP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto 03: Documento de consolidação e avaliação dos relatórios de monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, segundo indicadores pactuados. <p>- Informou que Ariane seguirá até o final do ano apresentando essa melhoria, enumerando os indicadores, fazendo a primeira avaliação externa para disseminação e apresentando recomendações para os próximos dois anos de implementação do plano nacional.</p> <p>-Agradeceu aos integrantes, em nome da Coordenação Tripartite, pela entrega antecipada dos relatórios, o que possibilitou uma análise prévia e uma devolutiva adequada ao GI.</p>
<p>3) Revisão do progresso da implementação do II Plano Nacional</p>	<p>- A Diretora, Fernanda dos Anjos, deu início à análise de revisão do progresso da implementação do II Plano Nacional e a apresentação da síntese dos achados e da avaliação da Coordenação Tripartite sobre os relatos dos ministérios.</p> <p>- Informou que a Coordenação está com uma grande expectativa de receber vinte e um relatórios, afirmando que já receberam quinze para o 4º ciclo de monitoramento, tendo portanto, um acréscimo significativo de relatorias gerando uma melhor capacidade de análise do progresso do plano nacional. Reforçou o prazo limite para a entrega dos relatórios pendentes, sendo até sexta-feira.</p> <p>- Apresentou uma percepção de entregas de relatórios, sendo 115 metas gerando 167 relatos, porque cada meta tem duas, três ou quatro lideranças. Para esse 4º relatório esperava-se 119 relatos das metas, dos 15 relatórios apresentados, desse número tiveram-se 92 metas relatadas e 23 metas não relatadas. As análises gerais de 110 metas, 5 não possuem a informação do estágio em que estão, se já são permanentes, se estão na fase iniciar ou se já foram concluídas (2.b.2; 2.F.2; 2.F.5; 5.A.2; 5.A.3).</p> <p>- Pediu aos líderes das metas 2B2, 2F2, 2F5, 5A2 e 5A3 que informassem, ainda na reunião, qual era o estágio de implementação das metas.</p> <p>- Apresentou o resultado que obtiveram, das 110 metas do plano que estavam informadas, 13 irão iniciar no próximo período, 16 estão concluídas, 59 já foram iniciadas, 22 estão em caráter permanente.</p> <p>- Em relação às metas orçamentárias, lembrou que 10 metas ainda não estão assinaladas se são orçamentárias ou não. Na oportunidade solicitou aos membros que sanassem ainda na reunião. Destacou que das 115 metas, 25 são orçamentárias e 80 não orçamentárias, dessas orçamentárias 32 vieram com descrição de recurso e 48 sem informação de execução de recurso. Pediu então aos membros para que na próxima relatoria destacassem essa informação e encaminhasse à Secretaria Executiva para que possa ser inserido no 4º relatório de monitoramento, destacando a data limite de entrega das relatorias.</p> <p>- A Diretora, Fernanda dos Anjos, passou então a palavra à consultora, Ariane Gontijo, para apresentar a análise qualitativa:</p> <p>- Ariane Gontijo, consultora da SNJ, cumprimentou a todos e, relatou que a análise do produto visou verificar os alcances das 115 metas a partir de dois indicadores:</p> <p>1º) indicador de progresso, que mede os meios que cada Ministério adota para chegar ao alcance final da meta;</p>

2º) indicador finalístico, ou de resultado, a partir desse indicador é que todos conseguem mensurar se a meta foi concluída ou não.

- Demonstrou que na planilha compartilhada que todos tinham acesso, na última coluna havia uma especificação de quantas metas cada Ministério possuía e dessas, quais qualificações haviam sido analisadas a partir dos relatos e dos relatórios em que foram criados.

- Apresentou a primeira classificação, que irá tratar do alcance das metas segundo o indicador de gestão de progresso, para isso foi construída uma classificação mínima que pudesse dar condições de uma medida mais padronizada entre todos os relatórios, então foi construída uma metodologia que pudesse proporcionar cinco notas entre 1 a 5, sendo 5 ótimo, 4 bom, 3 regular, 2 ruim e 1 péssimo, utilizando o padrão “benchmarking” que consegue orientar como deve ser escrito e relatado, o meio para consolidar a meta; outras duas categorias usadas foram os meio de verificação, para saber qual é a fonte que está sendo utilizada e que possa informar a população em geral onde se conseguiu essa informação e se é realmente pública. O período de implementação demonstra qual o período que cada membro irá executar aquela meta.

- Relatou que havia feito observações específicas para cada meta, então o Ministério ao ler a avaliação saberia o porquê de cada nota.

-Os resultados foram:

48 metas	Ótimo
22 metas	Boa
10 metas	Regular
10 metas	Ruim
01 meta	Péssimo

- Destacou que 21 metas não foram passíveis de análises, pois faltaram os envios do 4º relatório, alertando para o prazo final do envio.

- Informou que em relação ao gráfico apresentado, das 54 metas sem análise, 18 foram consideradas ótimas, sendo que todas já estão com tendência para serem finalizadas e concluídas, 11 metas consideradas boas, 5 metas consideradas regulares, 2 metas consideradas ruins, 1 considerada péssima. Sendo 21 metas sem análise, pois os relatos não foram enviados, 54 metas sem considerações e 13 metas na fase iniciar.

- A Diretora Fernanda dos Anjos retomou a palavra e apresentou outro esforço que a Coordenação Tripartite vem realizando, a análise do bloco das 14 atividades, pois o mesmo propicia um macro de informações de como conseguiram avançar em relação ao marco normativo, campanhas, ações de repressão, ações de proteção das ações de reconhecimento e como o conjunto de metas ajuda na entrega das grandes atividades do plano.

- Em relação à **primeira Linha Operativa**, observou-se que temos um resultado de 83% de toda essa prova de atividade, demonstrando ser um progresso significativo, uma vez que em dois anos já chegaram a 80% de entrega daquele conjunto de atividades, sendo que essa atividade possui 9 metas.

- Relatou que na **segunda Linha Operativa**, que trata da integração de políticas públicas,

	<p>há 8 grandes atividades, sendo possível perceber avanços por um lado e ao mesmo tempo deficiências, ou de informações ou de progresso em conjunto de atividade. Destacou como avanço significativo a atuação de núcleos e postos, a própria concepção do sistema de monitoramento, as metas que lhe são tangenciais, a cooperação transfronteiriça, a garantia dos direitos dos cidadãos estrangeiros vítimas de tráfico no Brasil, relatando que o conjunto das metas dessas atividades estão realizando o grande objetivo do plano nacional. E como deficiência, informou sentir ausência de informação, insistindo que os relatos precisam ser melhorados.</p> <p>- Na terceira Linha Operativa, informou o aumento de 25%, progredindo em quase 88% da expectativa de entregas, no qual concede em relação aos indicadores de resultado 70% da meta já atingida, considerando um ano e meio de plano, houve um grande desempenho em relação à formação de distintos fatores dessa temática, chamando atenção a essas entregas.</p> <p>- Em relação à quarta Linha Operativa, relatou que são 3 grandes atividades em que não há nenhum grande elemento a destacar, nem ausência de relato nem grandes resultados, porém são 15 metas sendo desenvolvidas e com um bom grau de informações sendo prestadas com geração de relatórios, informações, dados e pesquisas.</p> <p>- Destacou na quinta Linha Operativa o quanto está produzindo informações e relato constante de progresso, apresentando a novidade em relação às ações de mobilização, pois é uma meta que pressupõe permanência e constância; das 4 metas, há o relatório de atividade que estão acontecendo em 2 metas, mas 2 chegará em agosto sem nenhuma informação. Destacou que a preocupação da Coordenação Tripartite é que 50% de todo esse conjunto de atividades não possui nenhum relato. Pediu a atenção de todos, para que os relatos do conjunto de metas dessa atividade possam ser gerados para que finalmente possam ter a informação se ela está progredindo ou não.</p> <p>- A Diretora Fernanda dos Anjos finalizou a análise desenvolvida pela Coordenação Tripartite e deu início à rodada de saneamentos das pendências com os líderes e colaboradores pedindo especial atenção às pendências da planilha para ficarem registradas na tabela. Antes de iniciar a rodada a Diretora destacou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República irá customizar o sistema de monitoramento do PNDH3 com o destino de servir de plataforma para o monitoramento do II PNETP. Toda customização está sendo feita para que o padrão seja mantido e o relato tão somente venha ajustar o formulário Word na plataforma on-line, gerando uma melhor capacidade de sistematização e uniformização.</p>
<p>4) Rodada de saneamento das pendências – Líderes e colaboradores.</p>	<p>- Paloma Corrêa, representante do MDS, relatou estar com uma dúvida, pois recebeu um email com o pedido de inclusão do MDS como co-líder em duas metas, porém no ato da reunião a mesma recebeu impresso o pedido de co-líder na meta 2.G.3 e colaborador na meta 4C1. Informando que a meta 2G3 estaria de acordo com o trabalho que já está sendo realizado. A diretora, Fernanda dos Anjos, sanou a dúvida respondendo que a meta 4.C1 teria sido um pedido da Tripartite. Por fim, a representante do MDS, concordou em incluir o MDS como colaborador da meta 4.C.1 e co-líder da 2.G.3.</p> <p>- Alexandre Lyra, representante do MTE, cumprimentou a todos e, complementou a fala da Sra. Paloma Corrêa sobre a meta 2.G.3, explicando que o MTE trabalha com as vias de seguro desemprego identificando o grupo de resgatados que são identificados no trabalho escravo, sem nenhum tipo de categorização. Então, foi procurado pelo MDS para que esses trabalhadores fossem inseridos no CAT e, a partir dessa ação, estarão tornando os</p>

	<p>trabalhadores ativos, através dos CREAS e dos CRAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sr. Marcos Filipe, representante do Ministério do Turismo, comentou, em relação a meta 2.F.5, que mantiveram contato com a EMBRATUR no final de 2012 e começo de 2013 e que já estão trabalhando para retomar esse contato e começarem a trabalhar juntos nessa meta. Informou também que não tinham como definir, no momento, se era uma meta orçamentária ou não, e nem se a mesma estava inserida em outra ação da EMBRATUR. Na oportunidade, confirmou a co-liderança da meta 5.A.4. - A Diretora, Fernanda dos Anjos, relatou que na semana anterior a Coordenação Tripartite (SPM, SDH, PRF, PF e SENASP) saneou um conjunto de pendências. - No que concerne ao DEJUS/MJ solicitou a sua exclusão da co-liderança na execução da meta 4.A.8, e a inclusão como colaborador, pois tinham previsão de executar essa meta em dois anos (2013/2014), por meio do Projeto BRA X63, o que não foi possível. Assim, com a previsão do encerramento do Projeto, para o final de 2014, esgotaram-se, a priori, os mecanismos para realizá-la em 2015/2016. Contudo, o representante do DPF, Alexandre Galvão, disse não concordar e ressaltou a importância da manutenção da co-liderança com o DEJUS e que houvesse uma discussão, em sede de Coordenação Tripartite, para se avaliar como a meta poderá ser cumprida em 2015/2016. - Milton Coutinho, substituto da representante do MRE, sugeriu que o MRE atuasse como líder na meta 1.A.9, pois é uma meta que já está na DTS do MRE e facilitaria dialogar o encaminhamento à Casa Civil. Em relação à meta 1.A.5, informou que em momento pretérito se fizesse um indicativo de que o MRE seria para essa meta, que está encaminhado à Casa Civil e que estão aguardando tramitação. Sobre a meta 2.D.10, o secretário executivo do MRE, entendeu que sua contribuição seria mínima, pois não tem sido o público resgatado e o mercado não tem oferecido os cursos, tanto do PRONATEC quanto o MEC. Então, sugeriu que poderiam atuar como colaboradores e que a SDH dialogasse com o MEC. -A Diretora, Fernanda dos Anjos, informou que o MEC e a SDH não estavam presentes na reunião, mas que a SE encaminharia a sugestão por email. - Mariana Sade, representante da Casa Civil, relatou que o decreto que regulamenta a convenção de 97 trata apenas de agências de recrutamento de trabalhadores e que talvez caiba a participação do Itamaraty e do MEC em outra meta, mas não na 1.A.5, não vendo neste caso específico a abrangência de todo esse público previsto para a referida meta. - Mariana Sade, pede ainda para excluir a Casa Civil da colaboração da meta 3.A.25, sendo a proposta aceita. - Aloysio Gomide, representante do MRE, relatou que em relação à meta 1.A.5 não caberia no momento nenhuma ação específica do Itamaraty tendo em vista que é uma atuação de uma meta norma para ser implantada no Brasil e que nesse momento não teria impacto em relação às ações do Itamaraty. Informou que consultaria a DTS do Itamaraty sobre a sugestão de ficarem como co-líder da meta 1.A.9 e responderia em breve. Também opinou
--	---

	<p>pelo reexame da sugestão da Diretora Fernanda, no sentido do DEJUS/MJ assumir a co-liderança da meta 2.C.2., juntamente com o MRE.</p> <p>-No que concerne à meta 2.C.2, a Diretora do DEJUS, Fernanda dos Anjos, manifestou a concordância em passar a ser co-líder, pois é o DEJUS quem negocia os projetos de cooperação e solicita que o DEEST/MJ e o DRCI/MJ entrem como colaboradores, uma vez que nas questões de procedimento de colaboração mútua em casos de estrangeiros no Brasil possa haver uma colaboração, em especial o DEEST.</p> <p>-Sara Coutinho, representante da DEEST, disse em relação à meta 2.C.2 que precisaria verificar a competência do DEEST na negociação e nos projetos de cooperação na área de tráfico de pessoas. Informou que o DEJUS e o DEEST têm trabalhado com a realidade da simplificação dos fluxos para conceder permanência dos estrangeiros que chegam ao Brasil. Relembrou que a sugestão que haviam feito para o MTE ser co-líder, inclusive, para promover ações dentro do Congresso Nacional com sua Assessoria Parlamentar para que haja andamento. Destacando ser uma temática de igual importância para o DEEST e para o MTE. Assim, no que concerne à meta 2.C.2, o DEEST/SNJ/MJ aguarda o retorno da definição da representante, que irá verificar se é competência do DEEST, pois ainda não pode informar se poderá ser líder ou colaboradora da meta.</p> <p>-- Marina Santos Rodrigues, representante do DRCI, concordou na colaboração da meta 2.C.2, mas em relação a meta 3.A.25, disse que teria que analisar como o DRCI/MJ se poderia ajudar na execução. Informou que, sobre o pedido do DEJUS/MJ de colaboração nesta meta, teria que ser analisado internamente com o coordenador de capacitação, Dr. Roberto Dias, pois acredita não ser viável disponibilizar um funcionário que trabalha no combate à corrupção para participar do curso de capacitação sobre tráfico de pessoas. Aguarda-se confirmação do DRCI sobre o referido pedido.</p> <p>- Alexandre Lyra, representante do MTE, informou que na meta 1.A.8 existe uma Comissão Parlamentar Especial para tratar desse tema, podendo fazer essa experiência como co-líder. Assim, o MTE passa a ser co-líder da meta 1.A.8.</p> <p>- Eden C. Martingo, representante da SPM, solicitou que fosse registrada que a meta 3.A.16 havia sido mapeada como não orçamentária porque a intenção era de não incluir no evento que estava previsto no encontro nacional como tema de debate para fazer a capacitação, mas que agora seria incluída como meta orçamentária e será relatado o valor global.</p> <p>- Alexandre Lyra, representante do MTE, relatou que a respeito da meta 2.G.4 e 2.G.5, no que se refere à certidão liberatória para o transporte interestadual de trabalhadores, o Ministério tem implantado um sistema virtual de comunicações de certidões de transporte de trabalhadores de um município para o outro, mas que não possuíam o poder de punição. Informou, ainda, que não conseguem efetivar a ideia da expedição de ação declaratória de transporte de trabalhadores.</p> <p>-Juliana Coutinho, representante do Ministério da Saúde, informou que não havia entregado o relatório, pois acabará de assumir o cargo, mas que cumprirá os prazos expostos.</p>
--	--

	<p>-Marcia Kay, substituta do representante do MEC, informou que a meta 2.D.10 havia sido encaminhada para a secretária executiva da SHD, pois estão atuando como líderes e em razão disso está tendo uma dificuldade com o PRONATEC.</p> <p>-Lucicleia Rollemberg destacou que, por deliberação ocorrida na última Reunião Ordinária da Coordenação Tripartite, definiu-se que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerando o disposto na Resolução nº 1 do CONATRAP, no sentido de que não seria realizada campanha nacional específica sobre tráfico de pessoas durante os Grandes Eventos; 2. Considerando que a deliberação, durante a COPA 2014 foi de prestar o apoio necessário às campanhas em curso, em especial, às ações no âmbito da Agenda de Convergência; 3. Considerando a solicitação do Secretário de Grandes Eventos de retirada da liderança da SESGE/MJ da co-liderança da meta 5.A.1; <p>A SESGE/MJ sairia da posição de co-liderança para a posição de líder da referida meta. Pedindo assim, que a representante da SESGE/MJ se manifestasse.</p> <p>- Márcia A. M. da S. Jinkings, representante da SESGE, respondeu que como haviam sido nomeados, recentemente, para esse grupo, ainda estavam deliberando, mas que acreditavam que como colaborador seria melhor. Contudo, pediu para se posicionar posteriormente.</p> <p>-Lucicleia Rollemberg, retomou a palavra e, informou ao MTE a solicitação do Ministério do Planejamento de que entrassem como colaboradores da meta 1.A.7.</p> <p>- Alexandre Lyra, representante do MTE, relatou que o Ministério possuía um cadastro de empregadores, que funcionava como instrumento de prevenção e repressão de combate ao trabalho escravo, onde davam ciência à sociedade daqueles nomes de empregadores que mantêm os trabalhadores em trabalho análogo, a partir dessas informações o mercado se organiza, como o Banco Central orientando seus agentes financeiros. Este mérito de cadastro está sendo discutido no STF, através de uma ADIN do CNJ, por esse motivo informou que não gostariam de passar a discutir sanções. Não concordando com a solicitação do Ministério do Planejamento.</p> <p>-Por fim, o representante do MTE, Alexandre Lyra, solicita a sua retirada da liderança da meta 2.D.10 para a condição de colaborador. Aguarda-se manifestação de concordância do MEC e da SDH.</p>
<p>5) Rodada de avaliação do GI sobre os progressos e dificuldades encontradas na implementação</p>	<p>- Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, deu início então à rodada de considerações e focos gerais, deixando a palavra aberta:</p> <p>- Nilce Cunha, Procuradora da República, cumprimentou a todos e propôs que o MPF poderia participar como colaborador na questão dos imigrantes. Informou como o MP do Ceará tem trabalhado, através de campanhas, seminários nas escolas, panfletagem na rodoviária e aeroporto, destacando que as pessoas estão tendo mais conhecimento sobre o fenômeno do tráfico e podendo se defender.</p> <p>- Fernanda dos Anjos, sugeriu que o MP fizesse uma análise do plano e indicasse</p>

<p>do II plano.</p>	<p>formalmente quais metas poderiam contribuir com um relato e aquelas que vão passar a contribuir como colaborador da implementação da ação.</p>
<p>6) Encaminhamento s finais, Avaliação e Encerramento.</p>	<p>- Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, deu início então aos encaminhamentos finais, informando a todos da próxima reunião do GI que acontecerá no dia 02/12 sendo o 6º encontro para avaliar o 5º relatório, lembrando que até lá ocorrerão reuniões bilaterais conduzidas pela consultora Ariane para fins de avaliação do progresso do plano.</p> <p>Destacou que a entrega do próximo relatório está programado para o dia 30/10.</p> <p>- Na sequência, agradeceu a presença de todos e disse estar muito feliz com o resultado desse ciclo de monitoramento e de poder dar uma devolutiva enquanto Coordenação Tripartite de como está produzindo o II Plano Nacional. Retomou a memória que o modelo de monitoramento tem sido observado e elogiado não só no plano nacional, mas também internacional.</p> <p>- Por fim, Fernanda dos Anjos, encerrou a quinta reunião do GI agradecendo a todos, em especial, à Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, à Coordenação Tripartite e aos membros do GI pelo compromisso nesse processo de implementação do II PNETP.</p>